



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

## INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 3 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

**CURSO/PERÍODO**

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 8º PERÍODO - DATA: 25/09/2017.**

**GABARITO RASCUNHO**

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

**Disciplina: CONTABILIDADE SOCIETÁRIA II**  
**Prof. Eduardo da Costa**

**01)** Uma empresa apresenta as seguintes informações

Valor Máquina	500.000
Taxa anual	10% a.a
Tempo depreciação	10 anos
Data de aquisição	01/10/2010
Data da venda	30/10/2017

  

Valor de Vendas	100.000,00
-----------------	------------

Sabendo-se que a máquina foi vendida a vista, podemos dizer que o saldo da conta de Ganhos e Prejuízos na venda de imobilizado foi :

- a) R\$ 100.000,00 de lucro.
- b) R\$ 50.000,00 de prejuízo.
- c) R\$ 150.000,00 de lucro.
- d) R\$ 50.000,00 de lucro.

**02)** O valor do investimento avaliado pelo MEP é determinado pela aplicação da porcentagem de participação da investidora sobre o Patrimônio Líquido. Sendo assim devem ser avaliados pela equivalência patrimonial.

- a) todos os investimentos em coligadas e controladas..
- b) somente os investimentos em controladas.
- c) todos os investimentos em coligadas e controladas desde que relevantes.
- d) somente os investimentos em companhias controladas diretamente pela investidora.

**03)** A empresa Alfa comprou à vista 60% do capital social de Beta pelo valor de R\$ 6.750,00. Beta tinha nessa data patrimônio líquido o valor de R\$ 11.250,00, apurou um lucro de R\$ 200,00 no exercício social e declarou dividendos de R\$ 100,00 a ser distribuído antes de 6 meses. Podemos dizer que o saldo da conta de Investimento em Beta foi de:

- a) R\$ 6.750,00.
- b) R\$ 6.870,00.
- c) R\$ 6.810,00.
- d) R\$ 6.930,00.

**04)** De acordo com o determinado no art.248 da Lei 6.404/76 com as alterações introduzidas pelas Leis 11638/07 e 11941/09 são avaliados pelos Método da Equivalência Patrimonial os investimentos em:

- a) Controladas, sociedades que fazem parte de um mesmo grupo.
- b) Controladas e coligadas.
- c) Coligadas e sociedades que fazem parte de um mesmo grupo.
- d) Controladas, coligadas, e sociedades que fazem parte de um mesmo grupo.

05) A companhia alimentar JJB apresenta em 31/12/2016 as seguintes informações relativas as suas participações.

Empresa	Tipo de Participação	Participação no Capital da Investida	Resultado da investida apurado em 31/12/2016
A	Sem influência significativa	15%	600.000,00
B	Coligada	50%	621.140,00
C	Controlada	60%	471.360,00

Considerando-se os dados informados, o resultado de equivalência patrimonial apurado pela investida em 31/12/2016 é de:

- a) R\$ 683.386,00.
- b) R\$ 593.386,00.
- c) R\$ 400.570,00.
- d) R\$ 372.816,00.

**Disciplina: CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO GOVERN. II**  
**Profª. Katiane Rouze**

06) O patrimônio público sob o enfoque contábil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16, é estruturado nos seguintes grupos:

- a) ativos, passivos e contas de compensação.
- b) ativos, passivos e demonstração das variações patrimoniais.
- c) ativos e passivos financeiros, permanentes e contas de compensação.
- d) ativos, passivos e patrimônio líquido.

07) Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial. A despesa que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade é considerada como uma despesa orçamentária efetiva. Neste caso, constituiu-se um fato contábil

- a) modificativo diminutivo
- b) modificativo aumentativo
- c) permutativo diminutivo.
- d) neutralizador, pois sua contrapartida necessariamente será a receita.

08) As receitas do setor público são classificadas em duas categorias econômicas: as Receitas Correntes e as Receitas de Capital. As Receitas Correntes correspondem a:

- a) receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, tributária e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- c) recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- d) recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender receitas classificáveis em Receitas de Capital, e ainda o superávit do Orçamento Corrente.

09) A Lei Complementar no 101 de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, vem regulamentar o artigo 163 da Constituição Federal ao estabelecer normas reguladoras das finanças públicas no nosso país. O seu principal objetivo é o equilíbrio fiscal, que se busca alcançar pela imposição de restrições para o crescimento da despesa e pela fixação de limites para gastos com pessoal, serviços de terceiros e endividamento.

Podemos afirmar que estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - todos os entes da Federação.
  - II - os Poderes Executivo, Legislativo e o Judiciário.
  - III - somente os órgãos da Administração Direta
- a) Apenas a alternativa I esta correta.
  - b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - c) Apenas as Alternativas I e III estão corretas.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.

10) A Lei de Responsabilidade Fiscal considera renúncia de receita:

- I – anistia e remissão.
  - II – subsídio e crédito presumido.
  - III - concessão de isenção em caráter não geral.
- a) Apenas a alternativa I esta correta.
  - b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
  - c) Apenas as Alternativas I e III estão corretas.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.

**Disciplina: CONTABILIDADE GERENCIAL E CONTROLADORIA II**  
**Prof. Eduardo da Costa Pinto**

11) A empresa TWE Ltda, apresenta a seguinte demonstração contábil.

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>9.000.000,00</b>	<b>13.600.000,00</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.400.000,00</b>	<b>10.000.000,00</b>
Disponível	400.000,00	600.000,00	Fornecedores	2.400.000,00	2.400.000,00
Clientes	6.000.000,00	8.000.000,00	Contas a pagar	1.200.000,00	1.400.000,00
Estoques	2.600.000,00	5.000.000,00	Fornecedores - Ativo imob	3.000.000,00	6.000.000,00
			Provisão p/IR	800.000,00	200.000,00
<b>NAO CIRCULANTE</b>	<b>8.400.000,00</b>	<b>12.400.000,00</b>	<b>PASSIVO NAO CIRCULANTE</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>8.000.000,00</b>
Realizavel a Longo Prazo	2.000.000,00	3.000.000,00	<b>PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>8.000.000,00</b>
Investimentos	1.600.000,00	2.600.000,00	Capital	4.000.000,00	5.200.000,00
Imobilizado	6.000.000,00	8.900.000,00	Reservas de lucros	2.000.000,00	2.800.000,00
( - ) Depr.Acumulado	-1.200.000,00	-2.100.000,00			
<b>Total do Ativo</b>	<b>17.400.000,00</b>	<b>26.000.000,00</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>17.400.000,00</b>	<b>26.000.000,00</b>

Considerando o demonstrativo acima e sabendo-se que a remuneração requerida pelos acionistas é de 20% e o custo da dívida é de 10% (já descontado o IR) podemos dizer que o CMPC para 2016 foi:

- a) 6,55%.

- b) 13,45%.
- c) 12,45%.
- d) 15,45%

12) Uma empresa do setor de plásticos e com um investimento de R\$ 54.000.000,00 apresenta a seguinte DRE.

Demonstrativo de Resultado		
Receita op. Bruta		13.530.000,00
(-)Deducoes de Vendas	1.327.800,00	
Receita op. Liquida		12.202.200,00
(-)Custo Produtos Vendidos	5.742.025,00	
Lucro Bruto		6.460.175,00
(-)Despesas Administrativas	1.350.000,00	
(-)Despesas Vendas	850.000,00	
Outras Receitas e Despesas Operacio		552.905,00
Lucro Operacional		4.813.080,00
(-)Resultados não operacionais	858.303,00	
Resultado antes do IR		3.954.777,00
Provisao de IR	275.000,00	
Lucro liquido do exercicio		3.679.777,00

Com os dados acima apresentados, notamos que a Rentabilidade representava 6,81%.Sendo assim podemos dizer que, se a Rentabilidade desejada fosse de 10% a lucratividade seria:

- a) 39,91%.
- b) 27,20%.
- c) 29,23%
- d) 28,23%.

13) Foi apresentado a Controladoria o fluxo de caixa a seguir, e com o objetivo de melhorar suas atividades, foi proposto um plano de investimento no valor de R\$ 18.000,00 em máquinas no semestre, gerando uma dívida de R\$ 3.000,00 por mês.A Controladoria utilizou o método de Análise de sensibilidade para esta análise.Sendo assim podemos dizer que o impacto no 5o. mês gerou

Fluxo de Caixa						
Descrição	1o mês	2o mês	3o mês	4o mês	5o mês	6o mês
Saldo Inicial	20.000	24.764	30.079	35.118	40.707	44.041
<b>1. ENTRADAS</b>						
1.1. Vendas Produtos	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000
T.de Entradas do mês	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000
<b>2. SAÍDAS</b>						
T.de Gastos Variáveis	11.740	11.190	11.465	10.915	13.170	12.510
T.de Gastos Fixos	8.496	8.496	8.496	8.496	8.496	8.496
T.de Saldas do mês	20.236	19.686	19.961	19.411	21.666	21.006
Saldo de Caixa do mês	4.764	5.314	5.039	5.589	3.334	3.994
<b>7. Saldo de Cx. Acumulado</b>	24.764	30.079	35.118	40.707	44.041	48.036

- a) aumentou os gastos fixos e o saldo do caixa do mês ficou negativo em R\$ 344,00.
- b) aumentou os gastos variáveis e o saldo do caixa do mês ficou negativo em R\$ 344,00.
- c) aumentou os gastos fixos e o saldo do caixa do mês ficou positivo em R\$ 344,00.

d) aumentou os gastos fixos e o saldo do caixa do mês ficou zero.

**14)** Com relação a questão anterior, podemos afirmar que após investimento de R\$ 18.000,00 as receitas do 5o. mês esta comprometida em:.

- a) 86,66% com os gastos.
- b) 98,66% com os gastos.
- c) 78,66% com os gastos.
- d) 95,66% com os gastos.

**15)** A empresa XX tem dívidas no valor de R\$ 1.200.000, o valor de patrimônio dos sócios é de R\$ 1.800.000. Considerando que a taxa de juros que a empresa paga é 9% a.a e a taxa de remuneração dos sócios é de 14% e considerando que o imposto de rendas é de 34% podemos dizer que o CMPC foi de:

- a) 10,78%
- b) 12,78%.
- c) 15,78%.
- d) 20,78%

<p style="text-align: center;"><b>Disciplina: AUDITORIA E FRAUDES CONTÁBEIS II</b> <b>Prof. Fernando Takeo</b></p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**16)** Em relação aos papéis de trabalho, não se referem ao mesmo:

- a) abrangência e grau de detalhe
- b) suporte para opiniões
- c) serem elaborados, organizados e arquivados de forma sistemática e operacional
- d) deve certificar da exatidão dos documentos que se analisará.

**17)** Quando escolhemos apenas a conta provisão para devedores duvidosos para ser auditada em uma empresa, estamos nos referindo:

- a) a uma amostragem estatística
- b) a execução normal do trabalho para o qual foram contratados
- c) a um teste de auditoria
- d) a uma escolha aleatória de conta

**18)** O documento que o auditor entrega para o solicitante dos seus trabalhos, no qual constem todos os erros encontrados e os pontos que devem ser corrigidos para se evitar possíveis problemas corresponde:

- a) ao parecer de auditoria
- b) ao relatório de auditoria
- c) aos papéis de trabalho
- d) ao laudo de auditoria

**19)** Não é um órgão que regula a auditoria no Brasil:

- a) CVM
- b) IBRACON
- c) Institutos dos Auditores Independentes
- d) CFC

**20)** O texto a seguir corresponde a qual NBC P?

“Antes de aceitar o trabalho, o auditor deverá obter conhecimento preliminar da atividade da entidade a ser auditada, mediante avaliação junto à administração, da estrutura organizacional, da complexidade das operações, e do grau de exigência requerido para a realização do trabalho de auditoria, de modo a poder avaliar se está capacitado a assumir a responsabilidade pelo trabalho.”

- a) NBC P1.1.1
- b) NBC P1.1.2
- c) NBC P1.1.3
- d) NBC P1.1.4

<p style="text-align: center;"><b>Disciplina: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM II</b> <b>Prof. Katiane Rouze</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**21)** De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia Contábil, o Laudo Pericial Contábil é:

- a) a indagação e a busca de informações, mediante conhecimento do objeto da perícia solicitada nos autos.
- b) a investigação e a pesquisa sobre o que está oculto por quaisquer circunstâncias nos autos.
- c) a peça escrita elaborada pelo perito assistente, na qual ele deve registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.
- d) o documento escrito no qual o perito deve registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.

**22)** É o procedimento judicial ordenado pelo magistrado, desenvolvido por perito em contabilidade, que tem por meta a avaliação das quotas societárias, ou seja, a mensuração da participação societária de sócio dissidente, excluído, ou pré-morto em sociedades contratuais.

Esta definição refere-se a:

- a) Apuração de haveres.
- b) Avaliação de Sociedades na Continuidade.
- c) Admissão de novos investidores.
- d) Encerramento de atividades.

**23)** O perito-contador deve declarar-se suspeito quando, após, nomeado, contratado ou escolhido, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, desta maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

Assinale a opção que apresenta uma situação que **NÃO** configura um caso de suspeição:

- a) a filha de uma das partes tem uma dívida em atraso com o perito-contador.
- b) o perito-contador é herdeiro presuntivo da esposa de uma das partes.
- c) o perito-contador não é especialista na matéria em litígio.
- d) um dos litigantes é amigo íntimo do perito-contador.



**24)** Em relação à dissolução da sociedade o revogado Código Comercial de 1850 tratava do tema nos arts. 335. O código civil de 2002, disciplina as situações fáticas que ensejam a dissolução assim:

“Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

I – o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.

II – o consenso unânime dos sócios.

III – a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.

a) Apenas a alternativa I esta correta.

b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

c) Apenas as Alternativas I e III estão corretas.

d) Todas as alternativas estão corretas.

**25)** A falência é a mais dramática situação de descontinuidade societária. É uma das espécies de dissolução judicial de sociedade. A administração da massa é da responsabilidade do síndico, que tem, entre outros, o dever de:

I - arrecadar e mandar avaliar o acervo patrimonial.

II - proceder à elaboração do quadro geral de credores.

III - realizar o ativo e pagar o passivo sem se preocupar com prioridades.

a) Apenas a alternativa I esta correta.

b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

c) Apenas as Alternativas I e III estão corretas.

d) Todas as alternativas estão corretas

**Disciplina: TÓPICOS AVANÇADOS EM CONTABILIDADE II**

**Profª. Maria José Floriano Ferracini**

**26)** Uma Sociedade aprovou a aquisição da Companhia “A” em sua Assembleia, realizada na forma da Lei nº. 6.404/76, e as atas foram disponibilizadas aos acionistas nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Na referida assembleia, foi aprovada a deliberação sobre a aquisição integral das ações da Companhia “A”, que seria na sequência absorvida, integralmente, pela Sociedade compradora, cumprindo-se todos os procedimentos estabelecidos na Lei Societária.

A operação que se seguiu após a aquisição integral das ações é nominada pela Lei nº. 6.404/76 como:

a) Cisão.

b) Fusão.

c) Incorporação.

d) Transformação.

**27)** Empresários, executivos e dirigentes de empresas, em decorrência da alta carga tributária brasileira, podem, ao abrigo da lei, criar, extinguir, agrupar e desmembrar as sociedades, com o objetivo principal de reduzirem o pesado ônus dessa carga de impostos e contribuições, especificamente do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Esse leque de procedimentos, no âmbito societário, indica uma

- a) reestruturação
- b) incorporação
- c) fusão
- d) conglomeração

**28)** A operação pela qual uma companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se ou dividindo-se seu capital, é denominada:

- a) aquisição total ou parcial
- b) fusão
- c) incorporação
- d) cisão

**29)** É fundamental a avaliação do acervo líquido na Incorporação, Cisão e Fusão de sociedades. Os peritos ou a empresa de avaliação podem utilizar três critérios de avaliação do patrimônio líquido da empresa objeto de Incorporação, Fusão ou Cisão. São eles:

- a) a avaliação a valor contábil ou avaliação a valor econômico, dos dois o maior.
- b) a avaliação a valor contábil; avaliação a valor de mercado; avaliação a valor econômico.
- c) a avaliação dos fluxos de caixas; avaliação a valor de mercado; avaliação a valor econômico.
- d) a avaliação a valor de mercado; avaliação do goodwill adquirido e construído; avaliação a valor contábil.

**30)** Existem operações de reorganização societária que não envolvem companhias de capital aberto em qualquer de suas modalidades: incorporação, cisão ou fusão. Nesse caso, torna-se necessária a realização de atos preliminares, comuns a todas elas, que antecedem a concretização de tais operações.

Os procedimentos ou atos preliminares comuns nas operações de incorporação, fusão e cisão são:

- a) protocolo, justificação e formação do capital
- b) petição, protocolo e formação do capital
- c) avaliação, justificação e petição
- d) avaliação, justificação e formação do capital